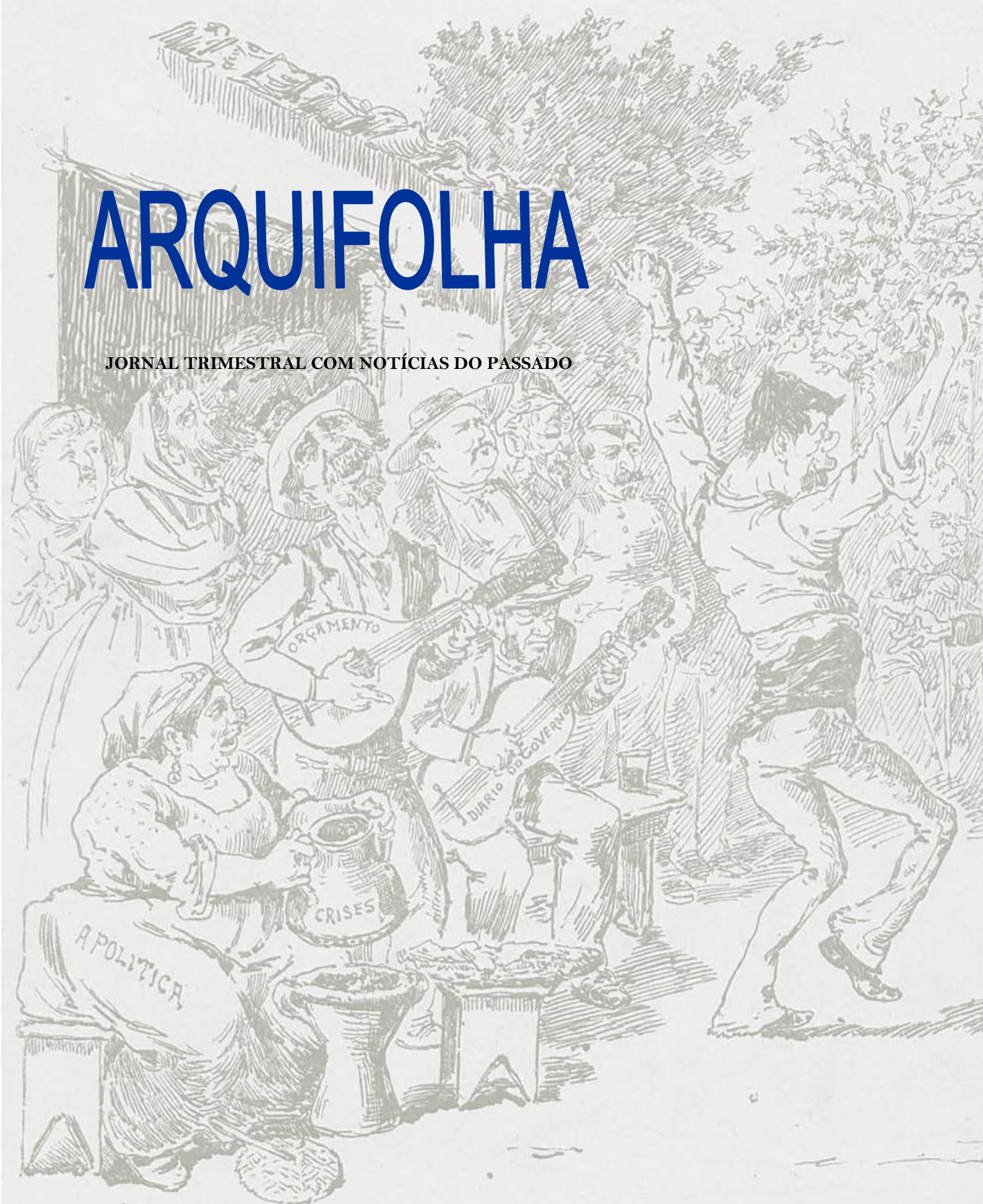


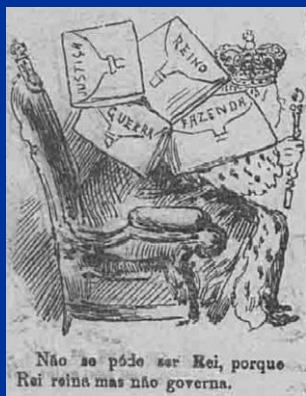
ARQUIFOLHA

JORNAL TRIMESTRAL COM NOTÍCIAS DO PASSADO



NA SEMPRE CANTAMOS A ESTALAR...

EDITORIAL



O presente ARQUIFOLHA percorre o ano de 1907, um ano marcado pela ditadura de João Franco, inaugurada a 10 de maio com a dissolução da Câmara dos Deputados.



Os protestos contra a ditadura foram imediatos, e de norte a sul ocorreram greves, comícios e reuniões. As greves dos trabalhadores da indústria (*Porto, Covilhã e Setúbal*); a greve académica de Coimbra, que alastrou a outras escolas do país; os comícios e reuniões organizados pelos latifundiários do sul contra as medidas vitivinícolas, são disso exemplo. Nesta conjuntura tumultuosa, inseriu-se também a Lei de Imprensa (11/07/1907, agravada pelos Decretos de julho e novembro), através da qual João Franco procurou conter os crescentes ataques de republicanos, progressistas e dissidentes. Rara foi a semana em que não se julgaram jornalistas e jornais, tendo alguns sido temporariamente suspensos como *O Popular, O País, e O Mundo*.



As reações contra a ditadura e a repressão, que lhe foi inerente, conduziram ao regicídio e aceleraram à implantação da República.

Em Santiago do Cacém, apesar de se terem registado agressões a cabos de polícia e proibido as *correias* no Cercal, a vida decorria com normalidade, somente interrompida pela agitação de algumas classes profissionais, aquando da afixação do dia de descanso semanal obrigatório.

Este ARQUIFOLHA conta com a colaboração de Helena Simões, através de um artigo que constitui uma reflexão da investigadora sobre o franquismo.





CONSTRUÇÃO DO POÇO DO POVO

No dia 5 de fevereiro de 1907, a Câmara Municipal deliberou mandar construir um poço para abastecimento público de água. O local escolhido para a sua implantação foi um terreno municipal situado entre os chafarizes de S. Sebastião e de Nossa Senhora do Monte.

O poço apelidado de Poço do Povo, e cuja obra foi bastante célere devido à seca que se vivia, esteve na origem de uma outra obra municipal, a atual Travessa

do Mercado, como o demonstra o pedido de autorização para abertura de um acesso rápido ao dito poço feito, em 13 de abril, ao director-geral de Obras Públicas.

O Poço está ainda na origem da denominação popular da Rua Egas Moniz, a *Rua do Poço*.



Vista do Moimho Metálico (dito americano) para tirar água do Poço do Povo. Excerto de postal ilustrado. (fotografia: Hidalgo Vilhena, c. 1910-1915, PT/AMSC).



AGRESSÕES A VÁRIOS CABOS DE POLÍCIA

No dia 19 de abril de 1907, o administrador do concelho oficiou ao delegado do Ministério Público em Santiago do Cacém, informando-o das agressões feitas aos cabos de polícia por delinquentes, no momento da

captura, no local do Monte do Carapetal, freguesia da Abela.

As agressões continuaram após a detenção, tendo o oficial de diligências sido atacado, em plena aldeia da Abela.



“CORRERIAS” NO CERCAL

No dia 5 de junho de 1907, na sequência de várias queixas apresentadas pelos munícipes, a Câmara Municipal solicitou ao administrador do concelho que fossem tomadas medidas para pôr cobro às *correries* dos almocreves e carreiros nas ruas da aldeia do Cercal.

A ordem de proibição destas competições de velocidade com mulas e carros de tração animal, que punham em risco a vida dos transeuntes e especialmente das crianças que brincavam nas ruas, foi dada ao regedor da freguesia, no dia seguinte.

FIXAÇÃO DO DIA DE DESCANSO SEMANAL OBRIGATÓRIO

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei de 3 de agosto de 1907, e depois de obtido o parecer da Associação Comercial de Santiago do Cacém, a CM reuniu extraordinariamente no dia 23 daquele mês para deliberar o dia de descanso semanal obrigatório para todos os trabalhadores do concelho; e tendo determinado, para o efeito, a sexta-feira, exceto para os corticeiros que folgariam ao domingo.

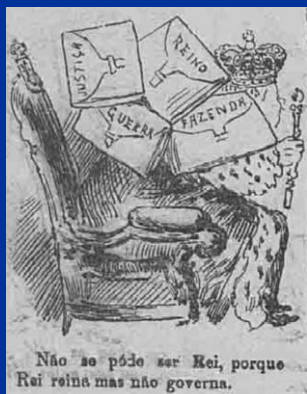
A decisão acarretou uma onda de reclamações por parte dos industriais sapateiros, ferreiros,

carpinteiros, carpinteiros de carros, canteiros e alfaiates, que pretendiam descansar noutros dias da semana.

As pretensões dos profissionais foram atendidas, salvo a dos ferreiros e dos carpinteiros de carros, que mantiveram o seu descanso semanal à sexta-feira, por se considerar “ (...) *que é ao domingo que a popu-/ lação rural acode às povoações e aproveita a o-/ casião de mandar concertar qualquer carro/ ou instrumento agrícola que se tenha desar-/ ranjado durante a semana.*”



CONDOLÊNCIAS PELO REGICÍDIO/CONGRATULAÇÕES PELO FIM DA DITADURA



No dia 25 de fevereiro de 1908, durante a tomada de posse da Câmara eleita, o vereador António Manuel Freire de Andrade propôs o lançamento em ata de um voto de condolências pelo regicídio, e a sua comunicação ao novo monarca. Propôs, igualmente, que se registassem em ata as congratulações do corpo municipal pelo regresso do país à normalidade constitucional.

As propostas conduziram a uma acesa discussão entre o referido vereador e o presidente da câmara municipal, que não concordava com a segunda parte

da proposta por considerar que as câmaras municipais não deveriam envolver-se em questões políticas. A vereação dividiu-se em apoios, a um e a outro, e o administrador do concelho declarou o seu apoio ao vereador Freire de Andrade, sugerindo, no entanto, que as propostas fossem apresentadas e votadas separadamente.

As propostas de voto de pesar e sua transmissão ao rei, e as congratulações pelo final da ditadura, foram aprovadas por unanimidade e maioria, respetivamente.



Regicídio de 1 de fevereiro de 1908.

“Agressão a Cabos de Polícia na freguesia da Abela” – Foi o franquismo um período de violência?

Por: Helena Simões

A 19 de Abril do ano de 1907, o delegado da comarca de Santiago do Cacém expede um ofício para o governo central relatando uma agressão que ocorreu na freguesia da Abela, movida por António José, de Melides, e Adelino Manuel a um cabo da polícia de nome José dos Santos Salema Vilhena.

Este ato iniciou-se por uma abordagem violenta ao cabo, que armado com uma espingarda, segundo o ofício¹, rapidamente foi socorrido por outros cabos, terminando a situação com a captura dos dois agressores. Note-se que estes indivíduos eram considerados marginais, devido à sua condição de vida, em que se dedicavam, segundo testemunhas, a mendigar, sem possuir domicílio ou ocupação profissional.

Entre 1906 e 1908, João Franco esteve no governo e, apesar de ter apoios, rapidamente se formaram grupos antifranquistas, isto é, que se opunham às suas medidas e ideias, o que poderia despoletar ações violentas, como a descrita anteriormente.

“O franquismo e o governo franquista de 1906-1908 têm sido

invocados pelos historiadores como uma prefiguração das tendências antiliberais que haviam de animar o salazarismo”². Contudo, não há certezas de que o que desencadeou a agressão ao cabo de polícia fosse algo relacionado com as políticas franquistas. Este é apenas um caso pontual que surge neste período, numa das pequenas aldeias do Litoral Alentejano, visto que Franco não é um fascista na medida em que não viu a resistência como um mal a erradicar.

Franco tenta, inclusive, arranjar um lugar para o Partido Republicano Português, distinguindo-se, assim, dos ditadores não liberais³. Porém, é certo que este tipo de situação, de certa forma, mostra a condição do país na altura. Pois foi um período de crise política que origina crise social e daí fomenta crimes, agressões e descontentamento por parte da população.

O período franquista, no qual se insere o ofício, foi um período de alteração política. Foi um momento em que o reformismo liberal fracassou e a ideia de que uma primeira República seria a melhor hipótese não vingou.

¹ Ofício 227; 19 de Abril de 1907, Arquivo Municipal de Santiago do Cacém.

² RAMOS, 2001, pág. 735

³ RAMOS, 2001, pág. 740





BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

<http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2008/01/regicidio-08-a.jpg>

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

Atas das reuniões de Câmara [Manuscrito]. 1905-1908. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/B-C/002.

Copiador geral de correspondência expedida [Manuscrito]. 1906-1912. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/G-A/001.

Copiador de ofícios expedidos para diferentes autoridades [Manuscrito]. 1906-1908. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/002.

Copiador de ofícios expedidos para as diferentes repartições do Governo Civil [Manuscrito]. 1906-1908. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/003.



MONOGRAFIAS

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 6.º volume – A Segunda Fundação (1890-1926)**. Dir. José Matoso. [S. l.]: Editorial Estampa, 1994.

AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 9.º volume – A Monarquia Constitucional**. Dir. João Medina. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1996





FICHA TÉCNICA

Coordenação, textos, pesquisa histórica, grafismo, digitalização e tratamento de imagem – Luísa Gomes, Gentil Cesário, Vânia Nobre e Maria Chainho. Revisão - Anouschka Caels. “Agressões a Cabos de Polícia na freguesia de Abela” – Foi o franquismo um período de violência? – Helena Simões.

